

BRASIL E CANADÁ: Estudo comparativo de práticas educacionais inclusivas

Maria Cristina Tavares de Moraes Danelon¹

Patricia Cioffi ²

Resumo

O presente artigo é fruto de experiências vivenciadas por duas autoras. Ambas atuam na área de inclusão de uma Secretaria Municipal de Educação no interior do estado do Rio de Janeiro- Brasil. Uma delas teve a oportunidade de participar de um programa financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Canadá, cuja premissa era a apresentação de projetos de intervenção pedagógica com uma proposta de trabalho a ser desenvolvida na escola ou na rede de ensino de atuação. A outra está em estágio de pós doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Comunicação (UERJ). Ambas estão participando de ações do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI- UERJ). O estudo, em andamento, justifica-se tendo em vista que as práticas, que buscam ser inclusivas, desenvolvidas até o presente momento, na rede de ensino pública municipal, ainda tem encontrado muitas barreiras. O objetivo geral é obter dados primários acerca das ações inclusivas fora do Brasil onde há outros referenciais para confrontar as realidades experienciadas no município onde as autoras atuam. Nesse sentido, uma análise comparativa favorecerá um olhar ampliado sobre a realidade atual da inclusão no município e possibilitará a projeção de políticas públicas mais inclusivas. Espera - se encontrar resultados consistentes que possam vislumbrar melhores práticas para que as pessoas com deficiência tenham, de forma eficaz, garantido o seu direito constitucional à Educação.

Palavras-chave: Educação; Estudo comparativo; Inclusão; Políticas Públicas

¹ Maria Cristina Tavares de Moraes Danelon. Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro Atualmente. Diretora de Inclusão na Secretaria Municipal de Educação - Resende - RJ. Professor titular da Associação Educacional Dom Bosco. <http://lattes.cnpq.br/6848363478552360> ORCID ID: 0000-0001-7941-3585

² Patrícia Luciana Cioffi de Barros. Pós-graduada em Libras e Educação Especial pela Faculdade Única, em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela universidade Cândido Mendes e em Educação Especial pela Faculdade Maringá . Licenciada em letras português/ inglês pela FAFIMAN- Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. Professora de Educação Especial na Educação Básica da Rede regular de ensino público de Resende- RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5106940966286019> . ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-5834-9349>.

BRAZIL AND CANADÁ: Comparative study of inclusive educational practices

Abstract:

This article is the result of experiences lived by these two authors. Both work in the area of inclusion of a Municipal Department of Education in the state of Rio de Janeiro - Brazil. One of them had the opportunity to participate in a program in Canada, funded by the CAPES (Coordination for the Advancement of Graduate Education Personnel). The program aimed at the presentation of pedagogical intervention projects which carried the proposal of prospect development at the school or in the local educational system in which the authors work. The other author is in a post-doctoral apprenticeship which is part of the Postgraduate Program in Education, Culture and Communication (UERJ). Both authors develop actions promoted by the Special and Inclusive Education Center (NEEI-UERJ). The ongoing study is justified face of the multiple obstacles found on the development of inclusive practices throughout the municipal public educational system. The main objective of this paper is to obtain primary data about inclusive actions abroad where there are other references which can be compared with the realities experienced in the town where the authors work. In this sense, a comparative analysis will favor a broader view of the current reality of inclusion in their local educational system and will enable the projection of more inclusive public policies. We expect to find consistent results that can provide better practices so that people with disabilities can effectively guarantee their constitutional right to Education.

Keywords: Education; Comparative study; Inclusion; Public policy

BRASIL Y CANADÁ: Estudio comparativo de prácticas educativas inclusivas

Resumen

El presente artículo es fruto de las experiencias vividas por dos de sus autoras. Ambas actúan en la área de inclusión, de una Secretaría Municipal de Educación en el interior del estado de Río de Janeiro-Brasil. Una de ellas, tuvo la oportunidad de participar de un programa financiado por La Coordinación de Personas de Nivel Superior (CAPES) en el Canadá, cuyo objetivo era presentar proyectos de intervención pedagógica, a partir de una propuesta de trabajo a ser desarrollada en una escuela o red de instituciones

de enseñanza. La otra autora está realizando una estancia de doctorado en el Programa de Pósgraduação em Educação, Cultura y Comunicación (UERJ). Ambas están participando de acciones en el Núcleo de Educación Especial e Inclusiva (NEEI-UERJ). El estudio en desarrollo se justifica por sus prácticas que buscan la inclusión y en este momento son realizadas en la red de enseñanza pública municipal, a pesar de haber encontrado algunas barreras. El objetivo general es obtener datos primarios acerca de acciones inclusivas fuera del Brasil, donde hay otras referencias, y confrontarlas con las realidades donde las autoras actúan. En ese sentido, un análisis comparativo permitirá una visión más ampliada sobre la realidad actual de inclusión en el municipio y posibilitará la proyección de políticas públicas más inclusivas. Se espera encontrar resultados consistentes que puedan vislumbrar mejores prácticas para que las personas con deficiencia tengan de forma eficaz, garantizado su derecho constitucional a la educación.

Palabras-clave: Educación; Estudio comparativo; Inclusión; Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, apesar de garantida por lei, ainda é um desafio constante na sociedade brasileira e, ousamos dizer, que toma maior proporção na educação. Acredita-se que esse desafio toma maiores proporções pela exigência legal da permanência dos alunos na escola e o senso comum na percepção social da incapacidade acima das potencialidades; em que, em muitos casos, as pessoas com impedimentos são vistas como seres à parte.

Pautado no direito à educação para todos, inserir pessoas com impedimentos passou a ser obrigação; entretanto, os meandros do processo educacional são muito complexos e na linha de frente há as barreiras atitudinais que, muitas vezes, impedem a visão do sujeito *per se*, sua subjetividade e potencialidades.

O ambiente escolar, um aspecto essencial e significativo na vida dos indivíduos, tem sofrido inúmeras mudanças ao longo do tempo para acomodar uma gama diversificada de alunos. Embora estruturas consideradas acessíveis possam estar presentes, percebemos que alunos com deficiências demandam muitas adaptações para garantir

Tendo em vista essa complexidade, é importante citar que as autoras são integrantes de ações do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI) ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com a participação da primeira autora num programa financiado pela CAPES, no Canadá, e da segunda em estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Comunicação (PPGEC/UERJ) foram iniciados os estudos comparativos acerca da educação inclusiva. A premissa do programa da CAPES era a apresentação de projetos de intervenção pedagógica com uma proposta de trabalho a ser desenvolvida na escola ou na rede de ensino de atuação.

Neste artigo, as autoras estruturam um estudo comparativo de ações educacionais inclusivas no Canadá e em uma cidade do interior do Rio de Janeiro. O estudo, em andamento, justifica-se posto que as práticas, que buscam ser inclusivas, desenvolvidas até o presente momento, na rede de ensino pública municipal, no Rio de Janeiro, ainda tem encontrado muitas barreiras à sua efetivação de forma eficaz.

O objetivo geral é apresentar dados primários acerca das ações inclusivas no Canadá oriundos da observação direta e de estudos realizados ao longo do curso, onde há outros referenciais na prática inclusiva, para confrontar com as realidades vivenciadas no município no qual as autoras atuam. Nesse sentido, uma análise comparativa poderá dar subsídios sobre a realidade atual da inclusão no município brasileiro e possibilitar a projeção de políticas públicas educacionais inclusivas mais efetivas.

Acredita-se que com os resultados encontrados possam vislumbrar melhores práticas para que as pessoas com deficiência tenham, de forma eficaz, garantido de fato o seu direito constitucional à Educação com todas as nuances que estão subjacentes a esse direito. (BRASIL, 2016)

Breve delineamento das realidades em foco

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na segunda edição do curso, ofereceu a oportunidade para 100 professores brasileiros atuantes na educação básica de participar de um curso aperfeiçoamento no Canadá por dois meses em 2023. O curso estava, inicialmente, previsto para ter ocorrido em 2019. Face à pandemia por COVID-19, houve a necessidade de postergar o período previsto para a realização do mesmo.

Tendo em vista a participação de uma das autoras no Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá, pretende-se traçar uma análise a partir do trabalho educacional desenvolvido naquele país no que compete à inclusão de alunos no período escolar.

A profissional foi contemplada com seu projeto intitulado “Estimulação Precoce de Crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus e/ou outras STORCHs” na perspectiva da Consultoria Colaborativa. Com isso, teve a oportunidade de conhecer, parcialmente, como funciona a educação inclusiva no Canadá. Posteriormente será discorrido um panorama, em linhas gerais, que visa a uma análise da educação inclusiva no Canadá, na Província de Ontário, e em Resende-RJ, município no qual as autoras atuam.

A formação realizada no Canadá, oferecida aos professores brasileiros em 2023, foi constituída de um programa interativo com oito semanas de duração. Foram trabalhadas as habilidades, conhecimentos e ferramentas do século XXI que se fazem necessárias para garantir uma educação de qualidade. A proposta envolveu prática reflexiva, análise e um processo orientado, em que os professores tiveram a possibilidade da autoavaliação enquanto profissionais, com vistas ao aprimoramento de sua prática.

Ao longo das oito semanas, foram oferecidas oportunidades de exploração de metodologias e técnicas de ensino centradas no aluno, estimulando a participação ativa, melhores práticas na gestão da sala de aula, bem como melhores práticas para a criação e a manutenção de ambientes de aprendizagens positivos, com estratégias/abordagens na criação de salas de aula inclusivas para a promoção do sucesso, autorregulação, motivação e retenção de alunos. Importante citar o rol de parcerias criados entre as

escolas de Ontário, pais, empresas, comunidades e governo. Cabe ressaltar a grande contribuição do *Niagara College* e do *Fanshawe College* na concepção do programa interativo. (A Sala, 2023)

Dentro da proposta do curso, foram apresentadas a estrutura do sistema educacional canadense, as abordagens centradas no aluno objetivando envolvimento no aprendizado ativo, a sala de aula inclusiva e a gestão de sala de aula e autorregulação do aluno. Houve vivência de práticas para a “criação e manutenção de uma sala de aula segura, acolhedora e inclusiva”. Foram oportunizados momentos de estudos e aplicação dos princípios do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) objetivando a criação de momentos diversificados de aprendizagem em sala de aula. Os cursistas puderam conhecer o modelo aplicado em Ontário para atender às especificidades dos alunos com deficiência / excepcionalidades e adaptar suas estratégias e técnicas para apoiar os alunos em suas diversidades. Foi possível conhecer sobre integração de tecnologia assistiva e redes de colegas e pais. (A Sala, op.cit.)

Canadá - Província de Ontário (ON)

Os melhores sistemas educacionais conseguem oferecer educação de alta qualidade a todos os alunos. O Canadá é um dos países com mais alto nível de instrução do mundo. Em 2015, 90% das pessoas entre 25 e 64 anos no Canadá havia concluído pelo menos o ensino médio; 66% obtiveram um diploma pós-secundário. Esses números estão acima das médias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 78% e 40%, respectivamente (OCDE, 2023).

O governo destina, em média, 6% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação, a fim de atender alunos desde a pré-escola até o nível pós-secundário. De acordo com a OCDE (op.cit.), o país investe mais em educação que qualquer outro país.

A educação é descentralizada. Cada província possui um Ministro da Educação que a dirige e tem a função de organizar, administrar e avaliar a

educação sob seu domínio. Juntos, os Ministros formam o Conselho de Ministros da Educação do Canadá (CMEC), no qual são responsáveis por discutir assuntos em comum, além de representar os interesses educacionais de sua Província e, também, internacionalmente.

O Sistema Educacional Canadense é composto por escolas públicas e privadas. Dentre as escolas públicas, encontram-se as de *Board* Católico, em que o diferencial é o ensino religioso. Os alunos permanecem na escola em período integral, o equivalente a 6 horas diárias.

A educação Canadense pauta-se no desenvolvimento de habilidades necessárias para uma vida ativa em sociedade. Além de proporcionar melhor qualidade de vida aos alunos/cidadãos, pois, quanto mais o indivíduo é instruído, maiores são as chances de se tornar uma pessoa bem-sucedida e realizada. (OECD, 2023)

Brasil - Município de Resende-RJ

O Brasil, país situado na América Latina, possui uma extensão de 8.510.417,771 km²(IBGE,2022). A organização política é República Federal Presidencialista. Sua formação é constituída pela União, Estados, Distrito Federal e os municípios. A constituição é a lei magna e os gestores públicos de cada ente federativo tem como atribuição elaborar e implementar políticas públicas de gestão visando ao alcance do bem estar da coletividade. Todos os governantes públicos e sua gestão são submetidos a um sistema controlador que visa garantir o cumprimento da constituição e das legislações em vigor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB) estabelece a estrutura da educação no Brasil. Considerando o TÍTULO III “Do Direito à Educação e do Dever de Educar”, apresenta em seu artigo 4

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a

A responsabilidade pela Educação no Brasil está dividida mantendo-se a hierarquia. O Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) atuam em âmbito nacional, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e o Conselho Estadual de Educação (CEE) atuam em âmbito estadual. Em nível municipal, existem a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME) (Magri, 2016; Libâneo, Oliveira, Toschi, 2017).

Com a proposta de situar o leitor de forma mais explícita na realidade do município, a seguir, será feita uma breve caracterização do município de Resende.

Os primeiros habitantes de Resende, eram os índios *Puris*, nômades que viviam da caça, pesca e agricultura primária; acampavam ora às margens do Rio Paraíba, ora na região alta da Serra da Mantiqueira. Resende é, hoje, um município com vocação industrial. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2022, a cidade possui uma população de aproximadamente 129.000 pessoas, distribuídas nas áreas urbana e rural. A população rural está distribuída pelos distritos, localizados entre a (sede) Agulhas Negras, Fumaça, Engenheiro Passos, Visconde de Mauá e Pedra Selada. (Brasil. Prefeitura Municipal de Resende, 2023). O PIB per capita é de R\$ 80.712,15 (IBGE, 2021).

AMPLIANDO O FOCO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O atendimento a pessoas com deficiência na educação no Canadá, ON

No Canadá, a inclusão à diversidade é prioridade. Reconhecer a individualidade do ser humano favorece o desenvolvimento de um trabalho a partir de suas habilidades, levando em consideração as suas necessidades.

Na província de Ontário, o modelo de educação especial baseia-se no atendimento às necessidades de alunos com deficiência e excepcionalidades. Há um departamento específico de Educação Especial em cada escola, que é composto por: professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE);

diretor; vice diretor; psicólogo (em algumas das escolas) - que tem a função de pensar um Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para direcionar a vida acadêmica do aluno. A elaboração do PEI é feita, também, com o apoio dos pais e/ou responsáveis pelo aluno.

Posteriormente, esse PEI é disponibilizado ao professor da turma regular no início do ano letivo por meio da plataforma comum a todo o corpo docente da instituição. Uma das crenças mais importantes citadas pelo professor do curso é que “todos os estudantes podem ser bem-sucedidos”.

Os professores brasileiros, no processo de visitação às escolas, tiveram a oportunidade de conhecer uma escola de *Board* Católico, a qual atende a um grupo de aproximadamente 900 alunos. Desse total, 160 possuem necessidade de apoio diferenciado, dentre os quais, 24 eram alunos com deficiência. Os alunos com deficiência são integrados na sala regular até os 21 anos.

Algumas salas possuem equipamentos regulatórios como cadeiras de balanço, coletes regulatórios, fones de ouvidos para alunos com ansiedade, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O número de alunos por turma varia entre 18 a 20, sendo que, se houver alunos com deficiência, esse número passa a ser entre 12 e 15 alunos. Neste último caso, há a presença de um *Education Assistant*, também conhecido, em nosso, meio como mediador.

Nas escolas públicas, não é comum a presença de inspetores de disciplina ou disciplinares. Durante o período de almoço, a supervisão é realizada por pais da própria comunidade que se voluntariam para essa ação e são remunerados por isso.

Da primeira à oitava série, um único professor ensina todas as disciplinas, com exceção do Francês (nas escolas que ofertam uma segunda língua) e da Música. As aulas de Francês são iniciadas a partir da quarta série.

Foi possível observar, também, que os alunos frequentam o período integral nas escolas, sejam elas no ensino fundamental ou médio. Mesmo aqueles alunos com deficiência que não têm condições de permanência na

sala regular são direcionados para outras atividades com ou sem o apoio de um mediador, conforme seu PEI.

Nessas instituições, foi possível perceber três ambientes diferentes, em média, que o aluno com deficiência poderia frequentar dependendo do que foi projetado em seu PEI. Esses ambientes eram elaborados como descritos a seguir: uma sala de estimulação e trabalho individualizado para alunos com deficiências graves; uma sala com abordagens mais pedagógicas e funcionais que têm objetivo de trabalhar atividades da vida diária; e uma terceira sala com abordagens pedagógicas e sociais, envolvendo o apoio às dificuldades de aprendizagem de linguagem (idiomas) e, também, alunos em situação de vulnerabilidade emocional (casos de luto, depressão, apoio temporário, entre outros).

Os alunos que apresentam necessidades médicas contam com o apoio de três profissionais de forma individualizada: o professor de AEE, o mediador e um enfermeiro.

Alunos com idade compatível à iniciação ao mercado de trabalho também são inseridos conforme suas habilidades. No Canadá, não há obrigatoriedade nem tampouco cotas para as empresas no que se refere a contratação de pessoas com necessidades especiais, porém, o governo é um grande incentivador desse tipo de ação.

Há a especificidade, também, quanto aos alunos que não apresentam condições pedagógicas de concluir o ensino médio. Eles recebem uma certificação ao final do processo, que, conforme já citado, pode ser concluído aos 21 anos de idade.

No que se refere à Educação Inclusiva, durante o curso de oito semanas, foram observados alguns aspectos importantes, dentre eles, destacamos: promoção de um ambiente escolar positivo; a existência de um direcionamento do trabalho - no sentido de ser desenvolvida a habilidade de aceitação às diferenças; esclarecimento de valores e qualidades - variação de funções e responsabilidades como, por exemplo, servir lanche para alunos mais novos e organização de livros na biblioteca; reconhecimento de comportamento positivo - quando isso acontece, o aluno passa a ser capaz de

gerenciar a própria aprendizagem, interagir de forma colaborativa, conectar-se ao ambiente escolar dentre outras habilidades. Destaca-se, ainda, o envolvimento dos pais como parte fundamental do processo. Nesse sentido, os pais não só participam de reuniões, mas também podem participar de projetos elaborados em conjunto com a escola e com a comunidade.

Outro aspecto bastante relevante é a oferta de um espaço de aprendizagem seguro e convidativo. As estratégias para que o ensino seja convidativo são inúmeras. Dentre as apontadas por Rebecca Alber (2015), destacamos as seguintes: postar trabalhos dos alunos demonstra propriedade que eles têm sobre a sala; quanto às regras, deve ficar claro as que não são negociáveis; manter a calma frente aos problemas demonstra segurança; sorrir com frequência gera reciprocidade; demonstração de vulnerabilidade são apreciadas pelos alunos; rir junto aos estudantes demonstra que o aprendizado não precisa ser tão sério sempre.

Uma sala de aula inclusiva e acolhedora deve garantir a aprendizagem de todos os alunos tanto na área acadêmica quanto nas áreas sociais e emocionais. Uma das estratégias apresentadas durante o curso ocorreu por meio do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA).

O DUA é um conceito educacional que possibilita, ao professor, criar um ambiente de aprendizagem flexível e mais inclusivo, que seja capaz de eliminar o maior número possível de barreiras à aprendizagem. Esse conceito auxilia sobremaneira na criação de currículos flexíveis a partir das necessidades de cada aluno.

O atendimento a pessoas com deficiência na educação no Brasil - Resende

No Brasil, o Ministério da Educação é o Órgão responsável por estruturar o atendimento a alunos com deficiência. A base da inclusão nas escolas regulares é o suporte das Salas de Recursos Multifuncionais. O professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua como suporte à inclusão de alunos público-alvo do AEE. A LDB 9394/96 estrutura a educação

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No Brasil, a LDB estabelece, em seu Título III, que “os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” são o público-alvo da Educação Especial (Brasil, 1996).

Corroborando com o que é garantido a cada cidadão brasileiro previsto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu capítulo IV, art.27:

A Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Barros, 2020)

Em Resende, tem-se trabalhado para garantir o direito estabelecido por lei. Existe uma legislação própria que regula as ações a serem desenvolvidas com os alunos com necessidades especiais. O plano municipal de educação, desdobramento do Plano Nacional de Educação, é monitorado, regularmente, com relatório publicado no Boletim Oficial do município, disponível no site do Conselho Municipal de Educação (<https://cedurresende.wixsite.com/cedur>).

A Secretaria Municipal de Educação de Resende (SME) possui, em sua estrutura, o Centro Multiprofissional de Assessoria Escolar (CEMAE), que atua de forma itinerante nas unidades escolares, articulando suporte para as

inclusões de alunos com deficiências, TEA e altas habilidades, bem como a de alunos em situação de vulnerabilidade.

A estrutura prevista do CEMAE conta com profissionais de apoio pedagógico, fonoaudiologia, psicologia e serviço social. Há especificidades estruturais específicas no que se refere aos recursos humanos, como qualquer órgão de serviço público. Como exemplo marcante, cita-se que, no momento, não há a disponibilidade do profissional de fonoaudiologia no CEMAE. Nesse sentido, busca-se estabelecer ações intersetoriais.

As profissionais do CEMAE estabelecem interface com outros dispositivos, sempre que necessário, a fim de que sejam buscados caminhos que minimizem as situações que surgem como dificultadoras do processo ensino-aprendizagem.

As unidades de ensino possuem professor de AEE. Nas creches onde não há uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), esse atendimento acontece com professores de AEE itinerantes.

Há o cargo de Cuidador de Educandos com Necessidades Especiais, fruto de um convênio com o Centro de Integração Empresa e Escola (CIEE). Por meio desse convênio, estudantes dos cursos de Licenciatura atuam no apoio de cuidados e na mediação pedagógica aos alunos público-alvo da educação especial.

Há, também, o cargo de profissionais intérpretes/tradutores de Libras. As unidades escolares regulares contam com direção, orientação educacional e pedagógica, sendo que algumas contam com docentes que atuam como psicopedagogas.

Na rede regular, há os professores de Educação Física / Psicomotricidade desde a creche. Há unidades com oficinas de contação de história, dentre outras.

Dentre as escolas de horário integral, há uma que oferta aos alunos a oficina Libras.

Como formação continuada, são oferecidos alguns cursos, semestralmente, com a organização do CEMAE: curso de Braile; Deficiência Intelectual; e oferecido curso de Libras. A duração deste último é de 3

semestres. Há, ainda, a oferta de workshop de avaliação e material estruturado, além de outras oportunidades para o aprimoramento na formação dos profissionais, que estão garantidas na legislação municipal.

O município oferece o AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais nas unidades escolares, nos Centros de Atendimento Educacional Especializado; no Programa Gente Eficiente e, também, na Associação Pestalozzi de Resende, onde há uma parceria técnica com a Secretaria Municipal de Educação de Resende.

É importante ressaltar que há oferta de atendimentos pedagógicos especializados à pessoa surda ou com deficiência auditiva na Escola Municipal Bilíngue (Libras/ Português).

Há três Centros que realizam o Atendimento Educacional Especializado, a saber: a) CEDEVIR- um centro especializado no atendimento a alunos deficientes visuais - cegos e com baixa visão; b) CEDEAR- centro especializado no atendimento a alunos surdos ou com deficiência auditiva; c) CEMEAR - centro especializado no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista.

A Escola Municipal Bilíngue Rompendo o Silêncio oferece o ensino para alunos surdos ou com deficiência auditiva e, a partir do 6º ano do ensino fundamental, recebe alunos ouvintes. Dentre estes últimos, muitos são irmãos de alunos surdos que optam por aprender Libras, disciplina obrigatória naquela unidade, com o objetivo de favorecer a real inserção dos sujeitos surdos dentro da própria família nestes casos, entendendo a essencialidade da comunicação efetiva.

O programa Gente Eficiente atende prioritariamente jovens e adultos com qualquer tipo de deficiência. No programa, oficinas são oferecidas, diariamente, nos turnos da manhã e da tarde.

Com base no convênio com a Associação Pestalozzi, são atendidas pessoas com deficiência intelectual e física, tanto em questões pedagógicas quanto clínicas.

Na Pestalozzi e no Programa Gente Eficiente é desenvolvido um trabalho de indução de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. O

projeto é articulado com a empresa interessada nesse tipo de contratação. Há uma formação da pessoa com deficiência para compreender o ambiente de trabalho e as especificidades do ambiente laboral.

A orientação do MEC é que os alunos sejam atendidos nos Centros e nas salas de recursos multifuncionais no contraturno.

A atuação conjunta das autoras na gestão da educação inclusiva acontece desde 2018. Nesse período, tem-se atuado no sentido de estruturar a formação continuada aos profissionais, a organização de documentação pertinente ao AEE - adequando-a aos padrões da rede pública municipal - bem como de documentos de flexibilização das atividades escolares. Ainda no escopo dessa atuação, intenta-se o fortalecimento dos centros e dos programas de atendimento no que se refere à compreensão das potencialidades e características específicas do aluno e da construção do PEI.

Ressalta-se, também, a existência de uma Plataforma de Gestão Educacional Municipal (PGEM) disponível no âmbito do governo municipal.

Com o objetivo de armazenar e tratar os dados sobre a educação no município, respeitada a Lei de Proteção Geral de Dados (LGPD), a PGEM tem sido operada com o propósito de disponibilizar as informações relevantes sobre o aluno público-alvo do AEE aos professores e profissionais que com ele atuam. Pode-se citar, ainda, o acesso aos dados sobre alunos com outros transtornos ou em processo de avaliação (médica ou pedagógica). Dessa forma, é ampliada a visibilidade do processo educacional do aluno de forma longitudinal e integrada, com vistas a facilitar o olhar integrado sobre ele e a projetar as ações pedagógicas mais adequadas.

Com relação à atuação da rede pública municipal no atendimento às pessoas público-alvo da Educação Especial, uma ação intersetorial mais consistente está sendo estruturada.

No tocante às ações intersetoriais, a assistente social que atua no CEMAE iniciou, há alguns anos, o trabalho de articulação com as reuniões de rede.

A ação da reunião de rede é deflagrada pela educação sempre que houver um estudante em situação de vulnerabilidade ou que as ações

desenvolvidas na unidade escolar, relativas à minimização ou mitigação dessa condição, não conseguiram alcançar o êxito esperado no processo educacional, tendo em vista o objetivo traçado.

De forma genérica, conforme cada caso, os equipamentos da Educação, Assistência Social e Saúde assim como os serviços ligados à Justiça e ao Conselho Tutelar são acionados. Após estudo do caso de um aluno, cada um dos envolvidos apresenta estratégias de ação possíveis com o objetivo de minimizar ou mitigar os entraves ao processo educacional que sejam relacionados às situações de risco e ao bem-estar biopsicossocial do estudante.

O Programa saúde nas escolas (PSE) estrutura, junto com a SME, algumas ações ao longo do ano escolar visando minimizar questões encontradas na escola de forma mais ampla, relativas à saúde física ou mental.

Desde 2021, nas ações do CEMAE, tem-se buscado, com maior intensidade, ampliar a capilaridade intersetorial dos serviços oferecidos aos cidadãos, na busca de que haja maior articulação que alcance mais efetivamente o bem-estar biopsicossocial dos alunos atendidos na rede pública municipal de ensino.

Neste momento estamos iniciando um projeto de ação compartilhada, que busca integrar princípios da bidocência e do ensino colaborativo. A proposta está tendo como lócus, uma unidade de ensino exclusiva de educação infantil. Nessa proposta, há a primeira articulação entre direção, orientação (educacional e pedagógica), a professora de turma regular e o professor de AEE, em que, somando seus saberes, se apropriarão da dinâmica de cada turma na sua particularidade a fim de alinhar propostas na condução de práticas pedagógicas inclusivas, sendo que os demais atores se somarão às ações na sequência. Sob essa ótica, as ações serão pensadas coletiva e colaborativamente. Na busca por uma educação para todos, o projeto está sendo iniciado a partir da demanda relativa à dinâmica de inclusão dos alunos nas salas de aula regulares.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir das informações coletadas é possível destacar diferenças e pontos em comum entre a Educação Inclusiva canadense e a Educação Inclusiva resendense.

No Canadá, o público-alvo atendido abrange mais especificidades que o estabelecido no Brasil. Naquele país, a aprendizagem é centrada no aluno, a família tem participação ativa no processo de elaboração do *Individual Education Plan (IEP)* - documento correlato do Plano de Ensino Individualizado (PEI)-, número reduzido de alunos na sala regular com a presença de um mediador, um único professor regente, diferentes ambientes de aprendizagem e apoio médico para as excepcionalidades.

Apesar de, no município brasileiro em questão, haver vários profissionais que atuam diretamente com a criança com deficiência, percebe-se a necessidade de maior estreitamento dos laços e refinamento das informações, que estão sendo buscadas com os ajustes na PGEM e nas ações intersetoriais.

Em Resende, a quantidade regular de alunos por sala é contabilizada a partir da metragem da sala e do quantitativo previsto de alunos por ano escolar. A legislação municipal prevê uma redução de 10% do quantitativo de alunos matriculados em turma quando há alunos com deficiência, tendo como respaldo a análise da equipe CEMAE.

Levando-se em consideração que nosso país recolhe 6% do PIB, o mesmo que o Canadá, percebe-se que há ações também acontecem na realidade de Resende, tendo como base aquilo que foi observado por uma das autoras durante o curso de oito semanas, como já citado. Pensando uma educação para todos, há outras ações que acontecem no Canadá e que é possível projetarmos ajustes em Resende para que possamos melhor atender aos nossos alunos na perspectiva da educação inclusiva.

Das ações que já são realizadas em Resende, podemos citar que há investimentos tecnológicos e de pessoal, há um Plano Educacional Individualizado realizado pelos professores de AEE que é elaborado de forma a atender as especificidades do aluno, ou seja, centrado no aluno. Sempre que

necessário, deve ser realizado o ajuste pedagógico com a flexibilização curricular a ser realizada pelo professor da sala de aula regular. Para realizar essa flexibilização, os orientadores educacionais e pedagógicos, professor regente e os professores de AEE precisam estar envolvidos. Existe um plano de ação colaborativa de mediação pedagógica, a ser organizado pelos envolvidos no atendimento ao aluno, pensando estratégias de mediação e ação na rotina escolar do estudante.

Pode-se afirmar que há um avanço constante nas ações intersetoriais com diversas secretarias, entre elas, a de Saúde, a de Assistência Social e órgãos de proteção à criança (Conselho Tutelar, Defensoria Pública e Ministério Público), de forma que as ações sejam mais fluidas e efetivas. Percebe-se, no entanto, que algumas questões são ponto de estudo para avanço nas políticas públicas.

É possível citar a necessidade de: a) pensar diferentes ambiências para atendimento a essa demanda dentro das escolas públicas municipais, tendo em vista a estrutura existente; b) realizar estudos direcionados ao Desenho Universal de Aprendizagem, bem como à gestão de sala de aula.

Vislumbra-se, também, a necessidade de avançar nas estratégias para a participação mais ativa dos pais e/ou responsáveis na elaboração do Plano Educacional Individualizado. Para um bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, é essencial que haja, de forma constante, a maior fluidez possível no que se refere a informações relevantes sobre o aluno em outras ambiências que o aluno vivencia fora do âmbito escolar, como atendimentos clínicos, terapêuticos e perfil/padrão comportamental.

Embora a entrevista familiar com um levantamento individualizado do aluno seja um procedimento de rotina, é importante estabelecer um refinamento de laços com a família quanto à devolutiva das ações pedagógicas desenvolvidas. Propõe-se que aconteçam reuniões regulares de cunho pedagógico com a família, em que as atividades realizadas pelo aluno na escola serão pauta da conversa, principalmente quando esse aluno não é oralizado. Essa ação deve ser projetada e pode ser realizada tendo o Orientador Educacional como elemento catalisador.

Quanto à existência de profissionais capacitados na área da saúde dentro das escolas, o que é uma realidade em Ontário no Canadá, pode-se afirmar que, em Resende, as ações intersetoriais estão sendo ajustadas, de forma que possa haver maior fluxo nas informações e ações conjuntas e colaborativas, possibilitando um trabalho coletivo com intervenções mediadas pelos serviços de atendimento, sempre que necessário. Nesse sentido, não só os alunos público-alvo do AEE, mas os demais alunos em alguma situação de vulnerabilidade serão beneficiados.

CONCLUSÃO

Feito este estudo comparativo entre a prática inclusiva na Província de Ontário, Canadá, e no município de Resende, a título de conclusão, as autoras tecem as considerações seguintes.

Pode-se dizer que há pontos importantes a avançar, entretanto, mais nas articulações entre profissionais e pessoas que estão envolvidas no atendimento e cuidados com o aluno. Nesse sentido, os primeiros passos foram dados, tendo em vista que, em Resende, as articulações intersetoriais estão sendo estabelecidas. Acredita-se que, com esse foco, já haja bastante aprimoramento nos ajustes a serem realizados para uma educação inclusiva mais efetiva.

Como ações a serem implementadas e/ou fortalecidas, projetamos:

A curto prazo: fortalecer as ações formativas estabelecendo foco naquelas relativas ao Desenho Universal de Aprendizagem (DUA), no manejo comportamental e na gestão de sala de aula.

A médio prazo: fortalecer a interface das informações relativas ao aluno a fim de que estejam mais acessíveis ao docente no que tange à necessidade para elaboração das ações pedagógicas; ampliar os atendimentos aos alunos com mais profissionais que serão absorvidos aos quadros públicos por meio do concurso aberto para o ano de 2024.

A longo prazo: fortalecer o olhar para o aluno de forma intersetorial, refinando os laços para melhor estruturar a flexibilização curricular no que se refere aos ajustes pedagógicos que são necessários para garantir a

participação mais efetiva dos pais, em que a entrevista deverá ser um momento ampliado, realizado para estudo de caso; propor que, semanal ou quinzenalmente, seja realizada breve devolutiva aos familiares/responsáveis pelo estudante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBER, Rebecca 20 dicas para criar um ambiente de aprendizagem seguro, (2015). Disponível em <https://www.edutopia.org/blog/20-tips-create-safe-learning-environment-rebecca-alber> Acesso em 29/09/2023

A SALA DE AULA INCLUSIVA: Guia do participante. Programa de Desenvolvimento profissional de professores da Educação Básica no Canadá. CAPES, 2023.

BARROS, Patrícia Luciana Cioffi de. Projeto de Estimulação Precoce de Crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus e/ou outras Storchs na perspectiva da Consultoria Colaborativa. Projeto apresentado à CAPES. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Resende. História da Cidade. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/historia>. Acesso em: 08/ novembro/2023

IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/resende.html>. Acesso em 07 nov 2023.

IBGE. Organização do Território e estrutura Territorial 2022. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html#:~:text=O%20c%3%A1lculo%20da%20%3%A1rea%20territorial,foi%20de%208.510.345%2C540%20km%C2%B2>. Acesso em: 09.nov.2023

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).São Paulo: Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524926013. Disponível em:

MAGRI, Carina. **Estrutura e funcionamento do Ensino**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. *E-book*. ISBN 9788522123636. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123636/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

OECD, Better Life Index. **Canadá**. Disponível em <https://www.oecdbetterlifeindex.org/education-pt>. Acesso em 22/11/2023

THEODORO, Ana Rosa dos Santos; DIAS, Thais Marcela da Silva. **O Desafio das crianças com nanismo na escola regular: uma análise crítica sobre a inclusão**. Monografia apresentada à Associação Educacional Dom Bosco, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Curso de Pedagogia. Resende, p.54. 2023.

Recebido em: 14/03/2024

Aprovado em: 24/04/2024

Aceito em: 29/04/2024